

Agora, é apostar no futuro

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de Brasília

No início do ano, boa parte das empresas trabalhava com sua mira ajustada para o segundo semestre, tempo em que, acreditavam, a detonação do processo eleitoral de 1982 tornaria mais generosa a administração dos cofres públicos. Hoje, torcem para que isso ocorra a partir de janeiro. E os mais prudentes, e com maior cacife, seguem o barômetro do ministro do Planejamento, Delfim Netto, que indica um mínimo de dois anos de instabilidade.

A verdade é que o País começou a acostumar-se com a idéia de que a política de estabilização, posta em prática desde o final de 1980, não é apenas mais uma mazela de curto prazo. Como toda política de estabilização razoavelmente bem-sucedida, a executada no primeiro semestre acumulou alguns expressivos resultados financeiros ao lado de um quadro de acentuada desaceleração econômica e elevação do desemprego.

A questão central, quando se pensa no futuro, é que, apesar de um certo alívio no "front" externo, sabe-se, de antemão, que o constrangimento do balanço de pagamentos, a partir de 1º de janeiro do próximo ano, não será substancialmente diferente de 81. O que, se não indica nenhuma vizinhança da catástrofe, tampouco justifica previsões otimistas por conta das urnas de novembro de 1982.

O número preliminar com que o governo está trabalhando, ao começar a montagem do orçamento fiscal de 1982, dá a exata dimensão da expectativa oficial. Por enquanto, usa-se o índice de 70% que, se representa maior dose de realismo quando comparado ao parâmetro médio de 50% utilizado neste ano, corresponde ao limite do que se pode obter, em termos de inflação, a partir da manutenção de uma política de austeridade. Em termos mais simples, é um bom indicador da disposição de prosseguir uma política de administração da crise que ocorra no fio da navalha que separa da recessão.

Alberto Sozin Furuguem, chefe do Departamento Econômico do Banco Central, já definiu este exercício de conciliação do controle econômico com o projeto político como um processo de certa "descompressão controlada". O que quer dizer crédito um pouco mais generoso, pequena recuperação da atividade industrial e certo impulso nos gastos sociais contrabalançados com controle nas despesas fiscais — especialmente os dispêndios das estatais — e redução no nível de subsídios implícitos e explícitos. Uma receita que mantém o tom de austeridade e explicita os limites do que podem ser os gastos públicos em favor do PDS. O ministro do Planejamento, Delfim Netto, já disse uma vez que gastos como os que sustentam o projeto de Itaipu não ganham votos nem mesmo entre os trabalhadores da hidrelétrica.

Está cada vez mais claro, entre os formuladores da política econômica, que uma relativa retomada do crescimento é importante, se não se pretende atravessar a fronteira da recessão, mas deve funcionar apenas como uma espécie de contraciclo, curto e bem dosado. E dificilmente poderia ser desempenhado ainda no final deste ano.

O caminho da expansão esbarra nas contas externas

A chave para o crescimento econômico deste ano está assegurada, de antemão, na expansão de 11 ou 12% do produto agrícola. Portanto, já se admite sem maiores constrangimentos um aumento de apenas 2 ou 3% para o produto industrial. Para os empresários, sempre com olhos um pouco mais escuros que os do governo, esta evolução do produto industrial poderia chegar próximo a zero no final do ano. De fato, nos primeiros seis meses, o crescimento foi negativo para boa parte dos setores industriais, se comparado a igual período do ano passado.

O problema principal é que o caminho da expansão esbarra nas contas externas. E o grau de manobra, nesta área, é irrisório.

A mudança na política econômica no final do ano passado tinha um motivo urgente — o caixa do balanço de pagamentos chegou próximo a um virtual colapso, um objetivo de longo prazo —, aliviar a pressão externa, melhorando a performance da balança, e uma necessidade imediata — reduzir, a curtíssimo prazo, os déficits comerciais, como forma de reabrir canais de diálogo com os credores internacionais.

Nesta última área houve inegável sucesso no primeiro semestre. O déficit de 12 meses caiu da vizinhança dos 4 bilhões de dólares, em julho de 1980, para pouco mais de 1 bilhão de dólares, tornando mais factível a meta do equilíbrio. Mesmo os mais pessimistas, a esta altura, guardaram as previsões de déficits na balança de 2 ou 2,5 bilhões de dólares, que manuseavam no início do ano.

Oa bons resultados, é verdade, se deram muito mais em função da surpreendente contenção das importações (uma queda real superior a 10%) do que em virtude de uma expansão excepcional das exportações. Além disso, o congelamento dos preços do petróleo, de um lado, e a reação dos preços do café às geadas de julho, de outro, serão poderosos aliados das contas comerciais externas. Mesmo descontando os fatores imprevisíveis, as exportações se comportaram razoavelmente bem, para um ano de discreto crescimento econômico internacional, e reagiram positivamente à recriação do crédito-prêmio de 15% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Também na área dos manufaturados, a realidade superou os mais céticos.

Se houve sucesso na resposta imediata, e o ingresso de 11,2 bilhões de dólares em empréstimos até o dia 23 de julho prova isso, não chegou a ser substancialmente minorado o objetivo de longo prazo. No ano passado, o aumento dos preços do petróleo fez com que todo o ganho adicional com as exportações fosse anulado. "Corremos para ficar no mesmo lugar", na expressão do ministro Delfim. Neste ano, o eixo da pressão deslocou-se do Oriente Médio para Washington. A política de aperto monetário do governo Reagan elevou as taxas de juros a patamares antes considerados inimagináveis, superiores a 20%. E isso pode significar de 1,5 a 2 bilhões de dólares adicionais nas contas de juros da dívida externa brasileira.

Em outros termos, o que o Brasil pagará além do previsto para honrar sua dívida externa será quase o equivalente ao que deixará de gastar, se, de fato, reduzir o déficit comercial de 2,8 bilhões de dólares de dezembro de 80 para zero ao final deste ano.

Isso quer dizer que a dívida externa bruta não deverá crescer os 10% planejados — e adequados à evolução da capitalização dos bancos privados internacionais —, mas alguns pontos percentuais acima. E, portanto, a necessidade bruta de empréstimos externos no próximo ano não chegará a sofrer substancial melhora em termos relativos. Ficará, na melhor hipótese, em um nível real semelhante ao deste ano. Em consequência, o esforço de captação será similar — o que dá um bom parâmetro da necessidade de continuar mantendo a ênfase nas exportações e no controle das importações através da contenção do ritmo de atividades.

Pode-se, e com razão, reclamar dos efeitos sociais perversos implícitos numa estratégia deste tipo. Mas é difícil, de outro lado, imaginar outra alternativa na área das contas externas, cuja administração não dependa, exclusivamente, do comportamento da economia internacional. Há um espaço a ganhar nas exportações e, principalmente, na contenção das importações a partir de um estímulo interno. E esta é a razão do balizamento da atual política econômica, já que se quer descartar saídas que se supõe sejam mais traumáticas, como uma renegociação da dívida externa ou a busca de recursos no Fundo Monetário Internacional (FMI). De resto, estas alternativas mais traumáticas pressupõem, em geral, um ajustamento político consequente. Ele pode até vir a ocorrer quando se abrirem as urnas de 82, mas isso, por enquanto, pertence ao terreno das hipóteses.

Nesta equação, e dada a dimensão do problema externo, a questão inflacionária passa a ser subsidiária. Os indicadores, até a metade do ano, são, na verdade, mais otimistas do que esperava o ministro do Planejamento. Ele imaginava, no final do ano passado, repetir em 81 os números inflacionários, entre 110 e 120%. Hoje, já parece mais razoável imaginar que a inflação chegue à vizinhança dos 100% ou pouco menos. Considerada a conta inflacionária debitada pelas medidas de ajustes no balanço de pagamentos, o resultado é razoável.

O limite crucial, num contexto deste tipo, está dado pela evolução dos números do crescimento econômico e do desemprego. O governo sugeriu uma travessia mais segura para as empresas, ao longo destes próximos anos, na área exportadora, de projetos energéticos e ligados à agricultura. E um barco estreito para todos, e muitos, certamente, ficarão de fora. Resta saber se haverá suficiente sensibilidade e presteza para se evitar o naufrágio.